

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2023

Processo Administrativo n. 17/2023

Dispensa de Licitação n. 11/2023

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, n. 27, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Clodoaldo Briancini, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – FUNDATEC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 87.878.476/0001-08, estabelecida na Rua Prof. Cristiano Fischer, nº 2012. CEP: 91530-034– Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo Sr. **Carlos Henrique da Cunha**, inscrito no CPF sob o n. ***.531.320-**, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei n. 8.666, de 1993, demais legislações pertinentes, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DE ACORDO COM OS ANEXOS “A” E “B”**, de acordo com o Termo de Referência e demais documentos do Processo Licitatório Dispensa 11/2023.

1.1. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência decorrentes das alterações permitidas em lei.

1.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. O presente contrato terá vigência de seis meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total a ser pago pela execução do objeto desta dispensa de licitação é R\$ 63.884,00 (Sessenta e três Mil oitocentos e Oitenta e Quatro Reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Não haverá reajuste e atualização dos valores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta.

5.2. As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto atividade: 2.093, 2.019; 2.009; 2.011; 2.006; 2.084; 2.094; 2.089; 2.013.

Modalidade de Aplicação: 3390.

Elemento: 12; 4; 64; 78(1.500); 86; 102; 32; 29; 37.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O referido pagamento será realizado da seguinte forma:

a) Parcela de 10% em até 05 dias após a publicação do edital de Abertura, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.

b) Parcela de 45% em até 05 dias após a homologação das inscrições, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.

c) Parcela de 35% em até 05 dias após a aplicação da Prova Teórico-objetiva, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.

d) Parcela de 10% em até 05 dias após a publicação da classificação final, mediante apresentação da correspondente nota fiscal, através de transferência bancária para conta de titularidade da **CONTRATADA**.

e) Pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal referente aos serviços prestados, juntamente com a comprovação/relatório da execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido;

2. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

3. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4. Nomear, através de ato da autoridade competente, a Comissão do Processo Seletivo.

5. Fornecer todas as informações necessárias à elaboração do Processo Seletivo, tais como legislações, normas, número de vagas, descrições dos cargos, remunerações, requisitos para provimento, entre outras;

6. Facilitar os contatos da contratada com autoridades e instituições locais com vistas à perfeita organização do certame;

7. Enviar, com antecedência necessária, os dados bancários para registro no sistema de geração de boletos e diariamente, após início das inscrições, arquivo retorno bancário, caso o valor das inscrições seja depositado em conta bancária do Município;

8. Disponibilizar Posto de Atendimento, para os candidatos que não tiverem acesso à internet e equipamentos de informática necessários;

9. Publicar, na imprensa oficial, os atos que, por determinação legal, devam ser divulgados;
10. Divulgar os atos do processo, conforme orientação legal, garantindo o amplo conhecimento público dos certames, através do *site* do Município, jornais de circulação no Município e pelos meios de comunicação que julgar conveniente, de modo a garantir o amplo conhecimento público do certame;
11. Providenciar os locais para a realização das provas;
12. Fornecer no dia da aplicação das provas apoio de serviço médico para os locais de realização;
- 7.11. Homologar o resultado final do Processo Seletivo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

1. Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
2. Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
4. Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
5. Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
6. Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
7. Realizações do diagnóstico pela CONTRATADA em conjunto com representantes designados pelo Município de Cordilheira Alta, com o levantamento dos dados técnicos, da legislação pertinente, critérios de avaliação e das demais normas pertinentes ao certame;
8. Elaborar o Edital de Abertura que regerá todo o Processo Seletivo Público dentro das normas legais vigentes, indicado e validado pelo Município de Cordilheira Alta. O Edital de Abertura conterá todas as informações de interesse do candidato, tais como: cronograma de execução, descrição do(s) cargo(s), pré-requisito(s), regime de trabalho, salário(s)/vencimento(s), critérios de aplicação das provas, de aprovação, de classificação, bem como os programas bibliográficos, e outras informações do processo de seleção. Para garantir o sigilo das informações, enquanto o documento está em elaboração, os arquivos são encaminhados criptografados com senha. Os demais editais pertinentes ao processo de seleção, tais como: Homologação das Inscrições, Data, Hora e Locais das Provas, Classificação Final, entre outros, também são elaborados pela Contratada, de acordo com os resultados obtidos durante a realização do certame e em consonância com os regramentos do Edital de Abertura. Todos os editais são repassados à CONTRATANTE para validação e posterior publicação no site;
9. O Edital de Abertura deverá ser divulgado no site da CONTRATADA, e o contratante poderá efetuar um redirecionamento para a página própria. Durante a execução do Processo Seletivo, os editais, avisos e listas serão disponibilizados



no endereço eletrônico da CONTRATADA para consulta e acompanhamento dos candidatos;

10. A CONTRATADA deverá realizar ampla divulgação do Processo Seletivo, criação de peças gráficas e cards para divulgação em redes sociais, imprensa e outros meios de comunicação. Após o término do Processo Seletivo, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE como parte do relatório final, a performance, locais e indicadores de leitura das divulgações;

11. Disponibilizar canal de atendimento aos candidatos via 0800, contato por e-mail, atendimento por meio de aplicativo de mensagens e enviar informações sobre as etapas de andamento do processo no e-mail cadastrado pelos candidatos.

12. As inscrições deverão ser realizadas via internet, de acordo com os regulamentos do Edital de Abertura, através do banco de dados e sistema disponibilizados pela CONTRATADA, de forma escalonável, possibilitando o número de inscrições que se fizer necessário. A tecnologia deverá ser segura, com ferramenta Anti-Intrusão, com monitoramento de ambiente externo digital, fazendo-se a proteção dos dados dos candidatos, evitando tentativas de acesso indevidas. Os candidatos deverão poder acessar o link de Inscrição e seguir os passos para preenchimento do cadastro. Ao final, o candidato deverá poder emitir o boleto bancário ou guia de arrecadação para efetuar o pagamento. Deverá ser disponibilizada a consulta de confirmação do pagamento no site da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, no momento de abertura das inscrições do certame, link específico de acesso ao acompanhamento diário dos interessados no Processo Seletivo, permitindo que o CONTRATANTE acompanhe o número de inscrições realizadas, o número de pagantes entre outras informações pertinentes.

13. Se houver previsão de cotas para preenchimento de vagas, a ficha de inscrição deverá permitir que os candidatos realizem sua auto declaração a ser verificada conforme regramentos específicos do Edital de Abertura.

14. Se houver previsão de vagas para candidatos com deficiência, a CONTRATADA deverá realizar o recebimento, via Formulário Online, dos documentos comprobatórios e homologar a inscrição para concorrer às cotas. A avaliação da documentação comprobatória deverá ser feita no momento da chamada/nomeação, por uma Comissão para este fim.

15. Se houver previsão em lei para isenção da taxa de inscrição, a CONTRATADA deverá fazer análise dos documentos comprobatórios, conforme estabelecido em edital, encaminhando ao CONTRATANTE para validação, a qual será posteriormente divulgado no Edital de Homologação das Inscrições.

16. A elaboração das provas deverá ser feita por profissional da área, com a devida formação concluída, firmando com estes profissionais termos de compromisso de responsabilidade em sigilo e ética. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE a documentação dos profissionais que elaboraram as provas, bem como a documentação de sua formação profissional. Todas as questões das provas deverão ser inéditas. As provas deverão ser elaboradas conforme atribuições e os pré-requisitos de cada cargo.

17. As provas teórico-objetivas, de caráter classificatório, conforme critérios estabelecidos em edital deverão conter no mínimo 40 (quarenta) questões, com conteúdo que atenda às atribuições dos cargos.

18. Os gabaritos das provas teórico-objetivas devem ser divulgados até 24 horas após a aplicação da prova, no endereço eletrônico da CONTRATADA.



19. Os candidatos aprovados na Prova Teórico-objetiva, de todos os cargos de Professores, terão seus títulos avaliados de acordo com as exigências do Edital de Abertura. Deve ser considerada a avaliação de até 04 (quatro) documentos, dentre eles, podem estar: Cursos de pós-graduação, participação em eventos e cursos de aperfeiçoamento profissional. As definições de quais documentos, quantidade e suas pontuações serão alinhadas, durante a elaboração do Edital, pela Equipe da CONTRATADA e representantes da CONTRATANTE com o propósito de deixar a avaliação adequada às necessidades. O recebimento de títulos será realizado através de formulário online, a qual o candidato irá acessar o sistema com seus dados cadastrais, preencher o formulário específico para este fim e fazer o upload dos arquivos scaneados, a qual serão avaliados por bancas. Ao final do certame, o CONTRATANTE deverá receber da CONTRATADA uma cópia digital de todos os títulos encaminhados para a prova de títulos. Os documentos originais ou cópia autenticada dos documentos enviados para a prova de títulos deverão ser apresentados para conferência no momento da nomeação para o cargo, na forma da Lei Federal 13.726/2018;

20. Deverá ser observada a possibilidade de inscrição dos candidatos para mais de um cargo, quando houver a possibilidade para a aplicação das provas, de acordo com o previsto no Edital de Abertura;

21. A prova prática para o cargo de Operador deverá avaliar nos candidatos, o conhecimento das atribuições para o referido cargo. O veículo/máquina será disponibilizado pelo CONTRATANTE e divulgado (marca e modelo) no Edital de Abertura;

22. As provas deverão ser impressas, armazenadas e transportadas com rígido controle de segurança, em embalagens seguras e lacradas, acondicionadas em malotes com numeração e controle de lacres, sob total responsabilidade da CONTRATADA até o momento da disponibilização/aplicação aos candidatos;

23. A divulgação dos dias, horários e locais das provas deverá ser informado pela CONTRATADA e CONTRATANTE, através de suas divulgações. A CONTRATADA também deverá enviar ao candidato, e-mail de confirmação da inscrição e informações referente ao local, data e horário da realização das provas práticas e teóricas;

24. As provas deverão ser aplicadas em data a ser definida através do Edital. Os fiscais, coordenadores e demais profissionais que irão trabalhar na aplicação da prova deverão estar devidamente e previamente treinados;

25. A CONTRATADA deverá garantir segurança na correção das provas;

26. A CONTRATADA deverá analisar e avaliar os recursos das provas se houver solicitação por parte dos candidatos, garantindo impessoalidade no processo de seleção. Deverá também divulgar as justificativas para manutenção ou alteração dos resultados preliminares;

27. Ao término do processo seletivo, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE cópias digitalizadas dos documentos de toda a execução, e documentos pertinentes do certame, para guarda na Instituição e futuras consultas, se necessário;

28. A CONTRATADA deverá zelar pelo nome da CONTRATANTE no âmbito de todas as atividades realizadas;

29. A CONTRATADA deverá tratar como confidencial toda e qualquer informação e material do processo;



30. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do processo;

31. Serão por conta da CONTRATADA, a contratação e pagamento de todas as pessoas envolvidas no trabalho do processo seletivo, tais como fiscais, serventes, porteiros, coordenadores, profissionais para elaboração das provas e outros que se fizerem necessário;

32. Será por conta da CONTRATADA, a contratação imprescindível de pessoal o suficiente para o dia da aplicação da prova, bem como será de responsabilidade da CONTRATADA a capacitação deste pessoal para executar os serviços e aplicação das provas de acordo com as normas vigentes e do edital.

33. Serão por conta da CONTRATADA, todas as despesas referentes aos tributos, despesas com deslocamento, estadias e alimentação da toda sua equipe que se fizerem necessárias na prestação dos serviços.

34. Disposições relativas às inscrições:

35. O Município abrirá conta corrente específica para pagamento do valor de inscrição.

36. O valor da inscrição será:

Especificações	Valor da Inscrição
Ensino Superior Ensino	R\$ 120,00
Ensino Médio	R\$ 100,00
Fundamental/Alfabetização	R\$ 80,00

37. Estimativa de inscritos: 400 pessoas.

38. A contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do instrumento contratual, para abrir o período de inscrições do processo seletivo, observados os tramites preliminares que se fizerem necessário.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO

10.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. É competente para o pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, conforme o caso:

- a) Multa de 10% (dez por cento) pela recusa em retirar Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato a qual incidirá sobre o valor da nota de empenho;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) por problemas técnicos relacionados com o objeto da presente locação, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo do contrato na ocasião;
- f) Todas as demais sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério do CONTRATANTE e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13.2. O contrato, também, poderá ser rescindido pela simples manifestação de vontade das partes, desde que haja comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.3. Em ambos os casos, a Contratada fará jus a remuneração pelos serviços realizados e não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC., renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.



E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Cordilheira Alta/SC, 15 de fevereiro de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS –
FUNDATEC**
Carlos Henrique da Cunha

Testemunhas:

Angelita Gabriel
***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**

Fiscal de Contrato:

Rudimar Marafon
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento